

Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2012

fevereiro de 2013
Este relatório contém 58 páginas

Handwritten signatures in blue ink, including a large 'CA' and several other stylized signatures.

CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados 4
	Demonstração de rendimento integral 4
	Balanço 5
	Demonstração das alterações no capital próprio 6
	Demonstração dos fluxos de caixa 6
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras
II.1	Políticas contabilísticas 7
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 15
II.3	Segmentos operacionais 17
II.4	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Prémios adquiridos, líquidos de resseguro 18
Nota 2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro 19
Nota 3	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro 20
Nota 4	Custos e gastos de exploração líquidos 20
Nota 5	Rendimentos 21
Nota 6	Gastos financeiros 21
Nota 7	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 21
Nota 8	Imparidade (líquida de reversões) e variação de outras provisões 22
Nota 9	Outros rendimentos/gastos 22
Nota 10	Custos e gastos por natureza a imputar 22
II.5	Notas ao balanço
Nota 11	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem 23
Nota 12	Ativos financeiros disponíveis para venda 23
Nota 13	Empréstimos e contas a receber 24
Nota 14	Outros ativos tangíveis 24
Nota 15	Ativos intangíveis 25
Nota 16	Provisões técnicas, líquidas de resseguro 25
Nota 17	Benefícios a empregados 27

		<u>Pág.</u>
Nota 18	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	31
Nota 19	Impostos correntes e Impostos diferidos	32
Nota 20	Outros passivos financeiros	33
Nota 21	Outros credores por operações de seguros e outras operações	33
Nota 22	Acréscimos e diferimentos	33
Nota 23	Outras provisões	34
II.6	Notas à demonstração das alterações no capital próprio	
Nota 24	Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor	34
II.7	Outras notas	
Nota 25	Transações com partes relacionadas	36
Nota 26	Gestão de riscos	37
Nota 27	Justo valor	52
Nota 28	Passivos contingentes e compromissos	53
Nota 29	Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de <i>bailout</i>	53
Nota 30	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	54
III	Inventário de títulos	
IV	Relatório dos auditores	

I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

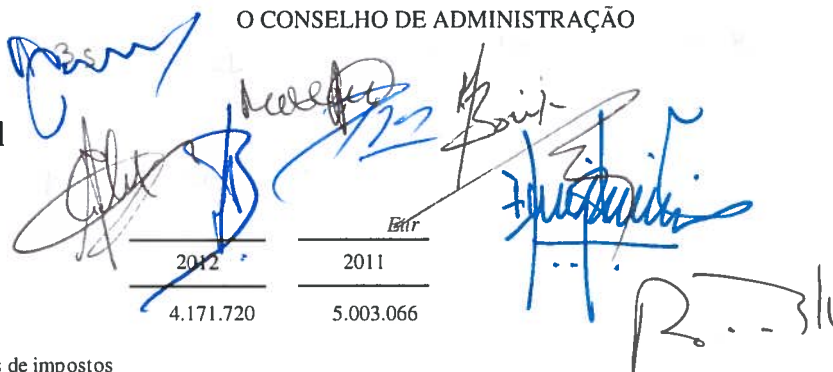
	Notas	2012			2011			Eur
		Não vida	Não técnica	Total	Não vida	Não técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	66.451.317	-	66.451.317	65.708.352	-	65.708.352	
Prémios brutos emitidos		218.381.389	-	218.381.389	216.376.146	-	216.376.146	
Prémios de resseguro cedido		(153.099.378)	-	(153.099.378)	(151.972.719)	-	(151.972.719)	
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		2.848.774	-	2.848.774	4.378.023	-	4.378.023	
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(1.679.468)	-	(1.679.468)	(3.073.098)	-	(3.073.098)	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2	(39.897.372)	-	(39.897.372)	(40.131.509)	-	(40.131.509)	
Montantes pagos		(38.036.820)	-	(38.036.820)	(37.273.865)	-	(37.273.865)	
Montantes brutos		(128.322.104)	-	(128.322.104)	(130.404.790)	-	(130.404.790)	
Parte dos resseguradores		90.285.284	-	90.285.284	93.130.925	-	93.130.925	
Provisão para sinistros (variação)		(1.860.552)	-	(1.860.552)	(2.857.644)	-	(2.857.644)	
Montantes brutos		(1.144.860)	-	(1.144.860)	(5.670.805)	-	(5.670.805)	
Parte dos resseguradores		(715.692)	-	(715.692)	2.813.161	-	2.813.161	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3	(286.210)	-	(286.210)	(730.758)	-	(730.758)	
Custos e gastos de exploração líquidos	4	(21.063.284)	-	(21.063.284)	(19.415.831)	-	(19.415.831)	
Custos de aquisição		(30.202.179)	-	(30.202.179)	(29.086.152)	-	(29.086.152)	
Custos de aquisição diferidos (variação)		(180.890)	-	(180.890)	(689.457)	-	(689.457)	
Gastos administrativos		(16.435.086)	-	(16.435.086)	(15.596.246)	-	(15.596.246)	
Comissões e participação nos resultados de resseguro		25.754.871	-	25.754.871	25.956.024	-	25.956.024	
Rendimentos	5	2.993.577	459.795	3.453.372	3.667.084	699.015	4.366.099	
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		2.993.577	459.795	3.453.372	3.667.084	699.015	4.366.099	
Gastos financeiros	6	(690.459)	(101.745)	(792.204)	(747.019)	(926.801)	(1.673.820)	
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(690.459)	(101.745)	(792.204)	(747.019)	(926.801)	(1.673.820)	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	7	41.763	714	42.477	128.123	(12.222)	115.901	
De ativos disponíveis para venda		41.763	714	42.477	128.123	(12.222)	115.901	
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	8	-	(1.761.170)	(1.761.170)	(985.339)	(633.091)	(1.618.430)	
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	(985.339)	(262.045)	(1.247.384)	
De outros		-	(1.761.170)	(1.761.170)	-	(371.046)	(371.046)	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	9	25.149	-	25.149	38.969	-	38.969	
Outras provisões (variação)	8	-	320.000	320.000	-	-	-	
Outros rendimentos/gastos	9	-	(86.688)	(86.688)	-	52.604	52.604	
Resultado líquido antes de impostos		7.574.481	(1.169.094)	6.405.387	7.532.072	(820.495)	6.711.577	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	19	-	(3.606.329)	(3.606.329)	-	(2.152.274)	(2.152.274)	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	19	-	1.372.662	1.372.662	-	443.763	443.763	
Resultado líquido do exercício		7.574.481	(3.402.761)	4.171.720	7.532.072	(2.529.006)	5.003.066	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



Demonstração de rendimentos integral

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



	2012	2011
Resultado líquido do exercício	4.171.720	5.003.066
Alterações de justo valor, líquidas de impostos		
Reservas de reavaliação, bruto	12.191.489	(6.655.935)
Impostos diferidos	(3.535.532)	1.930.221
	8.655.957	(4.725.714)
Demonstração do rendimento integral do ano	12.827.677	277.352

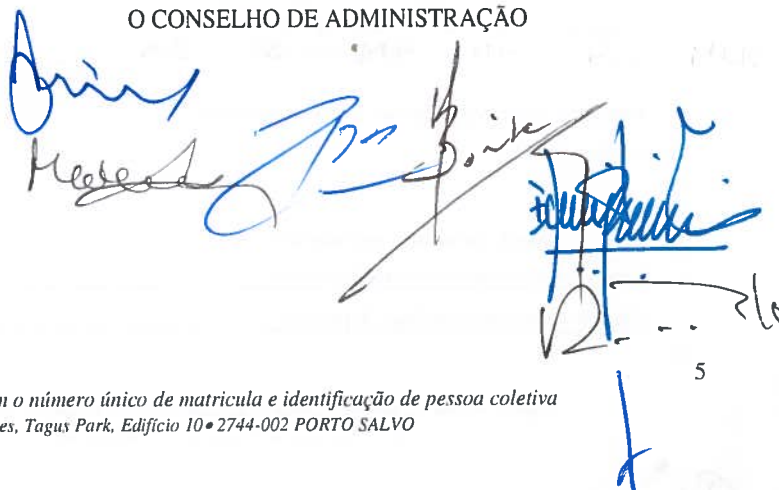
Balanço

		Eur	
	Notas	2012	2011
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11	13.151.583	8.883.000
Ativos financeiros disponíveis para venda	12	127.581.711	114.241.868
Empréstimos e contas a receber	13	15.006.312	10.515.803
Outros depósitos		15.006.312	10.515.803
Outros ativos tangíveis	14	106.854	123.633
Inventários		18.650	18.650
Outros ativos intangíveis	15	-	47.548
Provisões técnicas de resseguro cedido	16	45.121.031	47.516.191
Provisão para prémios não adquiridos		15.399.232	17.078.699
Provisão para sinistros		29.721.799	30.437.492
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	17	1.734.173	1.490.888
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	18	13.076.113	13.775.952
Contas a receber por operações de seguro direto		4.443.290	3.717.875
Contas a receber por outras operações de resseguro		7.774.542	9.687.239
Contas a receber por outras operações		858.281	370.838
Ativos por impostos	19	4.243.180	7.689.880
Ativos por impostos (e taxas) correntes		-	1.283.830
Ativos por impostos diferidos		4.243.180	6.406.050
Acréscimos e diferimentos	22	1.499.245	1.518.219
Total ativo		221.538.852	205.821.632
Provisões técnicas	16	131.896.552	133.047.833
Provisão para prémios não adquiridos		34.206.780	36.874.664
Provisão para sinistros		93.222.431	91.992.039
De acidentes de trabalho		23.022.501	20.986.230
De outros ramos		70.199.930	71.005.809
Provisão para participação nos resultados		66.392	66.392
Provisão para desvios de sinistralidade		885.924	825.902
Provisão para riscos em curso		3.515.025	3.288.836
Outros passivos financeiros	20	5.214.647	6.970.326
Depósitos recebidos de resseguradores		5.214.647	6.970.326
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	17	271.525	199.503
Outros credores por operações de seguros e outras operações	21	18.367.026	8.256.089
Contas a pagar por operações de seguro direto		6.305.455	5.804.959
Contas a pagar por outras operações de resseguro		10.275.940	1.412.121
Contas a pagar por outras operações		1.785.631	1.039.009
Passivos por impostos e taxas	19	5.060.365	3.008.150
Passivos por impostos (e taxas) correntes		5.060.365	3.008.150
Acréscimos e diferimentos	22	3.499.215	4.275.269
Outras Provisões	23	2.370.571	3.533.187
Total passivo		166.679.901	159.290.357
Capital		12.500.000	12.500.000
Reservas de reavaliação		(400.349)	(12.591.838)
Reserva por impostos diferidos		116.101	3.651.633
Outras reservas		14.452.745	14.238.984
Resultados transitados		24.018.734	23.729.430
Resultado do exercício		4.171.720	5.003.066
Total capital próprio	24	54.858.951	46.531.275
Total passivo e capital próprio		221.538.852	205.821.632
Resultados por ação		1,7	2,0

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Demonstração das alterações no capital próprio

	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Resultados transitados	Prémio emissão	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultado líquido
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido						
Balanco a 1 de Janeiro 2011	12.500.000	(5.935.903)	1.721.412	(4.214.491)	11.659.279	18.086.792	1.246.995	487.004	218.746	6.269.598
Transferência de resultados	-	-	-	-	626.960	5.642.638	-	-	-	(6.269.598)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(6.655.935)	1.930.221	(4.725.714)	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.003.066
Balanco a 31 de dezembro 2011	12.500.000	(12.591.838)	3.651.633	(8.940.205)	12.286.239	23.729.430	1.246.995	487.004	218.746	5.003.066
Transferência de resultados	-	-	-	-	213.761	4.789.305	-	-	-	(5.003.066)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	12.191.489	(3.535.532)	8.655.957	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.171.720
Dividendos pagos em 2012	-	-	-	-	-	(4.500.000)	-	-	-	-
Balanco em 31 de dezembro 2012	12.500.000	(400.349)	116.101	(284.248)	12.500.000	24.018.734	1.246.995	487.004	218.746	4.171.720

Demonstração dos fluxos de caixa

	Eur	
	2012	2011
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	4.171.720	5.003.066
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	56.916	47.992
Variação nas provisões técnicas	(1.151.281)	2.737.022
Variação de provisões	(1.162.616)	(1.766.459)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	2.395.160	259.938
Imparidade de ativos disponíveis para venda	-	1.247.384
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	1.785.105	371.046
Variação nos impostos ativos / passivos	5.498.915	(2.480.336)
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Empréstimos concedidos e contas a receber	(4.490.509)	(2.498.070)
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	(1.085.266)	(287.837)
Outros ativos e passivos	(928.344)	189.542
Outros passivos financeiros	(1.755.679)	(1.830.194)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	10.110.937	(6.104.168)
	13.445.058	(5.111.074)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	(4.683.884)	(814.358)
Compras/Vendas de ativos tangíveis e intangíveis	7.409	(89.476)
	(4.676.475)	(903.834)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(4.500.000)	-
	(4.500.000)	-
Variação líquida em caixa e equivalentes	4.268.583	(6.014.908)
Caixa e equivalentes no início do período	8.883.000	14.897.908
Caixa e equivalentes no final do período	13.151.583	8.883.000

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., (“Ocidental Seguros” ou “Companhia”) é uma Companhia de seguros constituída em Portugal em 30 de abril de 1987, tendo iniciado a sua atividade em 1 de julho de 1987.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., tem como objetivo o exercício da atividade seguradora “Não Vida”, nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

É uma subsidiária da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., (‘Companhia mãe’), a qual detêm 100% do capital, exercendo o controlo.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de abril, e tendo em consideração as alterações subsequentes introduzidas pela Norma regulamentar nº 20/2007, de 31 de dezembro e pela Norma regulamentar nº 22/2010, de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 25 de fevereiro de 2013.

Em 2012 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2012.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As áreas que envolvem maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das Demonstrações Financeiras, encontram-se analisadas na nota II.2.

b) Contratos de seguro e de investimento

Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

c) Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) Provisões técnicas

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

A provisão para sinistros não é descontada, excepto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão para desvio de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

e) *Ativos financeiros*

Classificação

A Ocidental Seguros classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, excepto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, "*Loans and Receivables*" ou para ativos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou
- quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra de novo no curto-prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

A Companhia não adotou esta possibilidade.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas da Companhia, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, que corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

g) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Ocidental Seguros aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de Empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço pelo seu valor líquido, excepto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

i) *Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

j) *Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

k) *Ativos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das Empresas da Companhia enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

l) *Locações*

A Ocidental Seguros classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

m) *Caixa e disponibilidades*

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

n) *Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

o) *Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

p) *Dividendos recebidos*

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

q) *Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões*

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

r) *Benefícios aos empregados*

Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora ("Plano CCT" ou "CCT"). Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo Plano CCT. Como forma de compensação, durante o primeiro trimestre de 2012, foi pago um prémio de assinatura de contrato pela Companhia aos seus colaboradores.

De acordo com este CCT revisto, foram introduzidas algumas alterações, as quais podem ser sucintamente apresentadas como segue: (i) um prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida; e (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de Janeiro de 2012.

Em 1 de Outubro de 2012, de acordo com uma decisão do Conselho de Administração, foi efetuado o corte do Plano Complementar, mantendo os empregados os direitos adquiridos até 2011.

Os benefícios previstos no plano de pensões base são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT. Os benefícios complementares são atribuídos de acordo com o plano de pensões da Companhia.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de "Horizonte Valorização".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefício definido) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano deduzidos do "unwinding" dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Companhias de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas atuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas ou pré-reformas, assim como os correspondentes ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Companhia com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivo baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2012, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

s) *Impostos sobre lucros*

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

t) *Segmentos operacionais*

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Ocidental Seguros encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Acidentes e doença
- Incêndio e outros danos
- Automóvel
- Outros

- u) As atividades da Companhia localizam-se apenas em Portugal.
Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para participação nos resultados, (2) provisão para prémios não adquiridos, (3) provisão para riscos em curso, (4) teste de adequação das responsabilidades, (5) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Companhia, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Segmentos operacionais

	2012					2011					Fa
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	20.879.715	22.830.405	19.809.185	2.932.012	66.451.317	19.895.278	22.741.229	20.393.581	2.678.264	65.708.357	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(10.437.859)	(13.663.950)	(14.656.639)	(1.138.924)	(39.897.372)	(9.576.455)	(12.877.829)	(16.835.095)	(842.130)	(40.131.506)	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(45.857)	(143.026)	11.044	(108.371)	(286.210)	(322.118)	(20.937)	(276.879)	(110.824)	(730.758)	
Custos e gastos de exploração líquidos	(9.289.870)	(4.812.665)	(5.410.925)	(1.549.824)	(21.063.284)	(8.186.704)	(4.692.055)	(5.166.615)	(1.370.457)	(19.415.831)	
Rendimentos	1.869.481	372.692	552.081	199.323	2.993.577	2.317.803	412.426	700.804	236.051	3.667.084	
Gastos financeiros	(375.250)	(109.888)	(150.949)	(54.372)	(690.459)	(449.410)	(89.362)	(156.593)	(51.654)	(747.019)	
Ganhos líquidos de ativos financeiros	35.785	2.027	2.772	1.179	41.763	60.967	19.814	32.935	14.407	128.123	
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-	(726.453)	(80.586)	(132.492)	(45.808)	(985.339)	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	25.362	(213)	-	-	25.149	49.810	(10.841)	-	-	38.969	
Margem técnica	2.661.507	4.475.382	156.569	281.023	7.574.481	3.062.718	5.401.859	(1.440.354)	507.849	7.532.072	
Proveito dos investimentos					459.795					699.017	
Mais/(menos) valias realizadas					714					(274.26)	
Despesas gerais					(101.745)					(926.80)	
Outros proveitos/(custos) não técnicos					(1.527.858)					(318.44)	
Resultado não técnico					(1.169.093)					(820.49)	
Resultado antes de impostos					6.405.387					6.711.57	

II.4 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	Eur	
	2012	2011
Prémios brutos emitidos	218.381.389	216.376.146
Prémios resseguro cedido	(153.099.378)	(151.972.719)
Prémios líquidos resseguro	65.282.011	64.403.427
Variação prémios não adquiridos	2.848.774	4.378.023
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	(1.679.468)	(3.073.098)
Variação líquida de prémios não adquiridos	1.169.306	1.304.925
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	66.451.317	65.708.352

Os prémios brutos emitidos são analisados como segue:

	2012		2011		Eur
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	
Acidentes e doença	146.934.744	149.797.958	145.478.597	150.528.987	
Incêndio e outros danos	44.503.584	44.031.312	42.403.926	42.239.842	
Automóvel	20.530.173	20.166.935	21.008.563	20.719.741	
Outros	6.412.888	7.233.958	7.485.060	7.265.598	
Total	218.381.389	221.230.163	216.376.146	220.754.168	

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue

	2012		2011		Eur
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	
Acidentes e doença	127.685.253	128.918.243	127.700.759	130.633.711	
Incêndio e outros danos	21.193.592	21.200.907	19.372.106	19.498.614	
Automóvel	357.750	357.750	326.160	326.160	
Outros	3.862.783	4.301.946	4.573.694	4.587.332	
Total	153.099.378	154.778.846	151.972.719	155.045.817	

Nota 2 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

	Eur				
	2012				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	91.104.416	16.313.854	14.259.583	1.293.695	122.971.548
Parte dos resseguradores	(83.070.572)	(6.623.255)	(3.083)	(588.374)	(90.285.284)
	8.033.844	9.690.599	14.256.500	705.321	32.686.264
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	511.013	2.581.934	(1.539.655)	(408.432)	1.144.860
Parte dos resseguradores	406.098	(106.415)	(213.662)	629.671	715.692
	917.111	2.475.519	(1.753.317)	221.239	1.860.552
Total antes custos imputados	8.950.955	12.166.118	12.503.183	926.560	34.546.816
Custos com Sinistros (imputados)	1.486.903	1.497.833	2.153.456	212.364	5.350.556
Total	10.437.858	13.663.951	14.656.639	1.138.924	39.897.372

	Eur				
	2011				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	90.165.484	18.669.657	15.253.989	1.325.185	125.414.315
Parte dos resseguradores	(84.257.672)	(8.070.433)	36.152	(838.972)	(93.130.925)
	5.907.812	10.599.224	15.290.141	486.213	32.283.390
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	3.474.353	2.223.346	(197.026)	170.131	5.670.804
Parte dos resseguradores	(1.232.211)	(1.330.236)	(244.631)	(6.082)	(2.813.160)
	2.242.142	893.110	(441.657)	164.049	2.857.644
Total antes custos imputados	8.149.954	11.492.334	14.848.484	650.262	35.141.034
Custos com Sinistros (imputados)	1.426.501	1.385.494	1.986.611	191.869	4.990.475
Total	9.576.455	12.877.828	16.835.095	842.131	40.131.509

Nota 3 – Outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A variação das outras provisões técnicas é analisada como segue:

	2012				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	60.022	-	-	60.022
Variação da provisão para riscos em curso	45.858	83.004	(11.044)	108.370	226.188
Total	45.858	143.026	(11.044)	108.370	286.210

	2011				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	64.549	-	-	64.549
Variação da provisão para riscos em curso	322.118	(43.612)	276.879	110.824	666.209
Total	322.118	20.937	276.879	110.824	730.758

Nota 4 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2012				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição - comissões	14.193.646	5.296.674	1.897.314	632.754	22.020.388
Custos de aquisição alocados	4.521.411	1.601.951	1.512.716	545.713	8.181.791
Variação dos custos de aquisição diferidos	317.252	(90.953)	(22.073)	(23.336)	180.890
Custos administrativos - comissões	228.033	6.969	7.406	3.104	245.512
Custos administrativos alocados	8.121.300	5.412.271	2.015.562	640.441	16.189.574
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(18.091.771)	(7.414.248)	-	(248.852)	(25.754.871)
Total	9.289.871	4.812.664	5.410.925	1.549.824	21.063.284

	2011				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição - comissões	13.927.708	5.110.013	2.034.380	505.522	21.577.623
Custos de aquisição alocados	4.413.333	1.381.176	1.297.989	416.031	7.508.529
Variação dos custos de aquisição diferidos	677.527	17.028	(17.230)	12.132	689.457
Custos administrativos - comissões	280.277	6.502	4.737	2.082	293.598
Custos administrativos alocados	7.685.019	5.166.551	1.846.739	604.339	15.302.648
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(18.797.160)	(6.989.215)	-	(169.649)	(25.956.024)
Total	8.186.704	4.692.055	5.166.615	1.370.457	19.415.831

A rubrica custos de aquisição – comissões inclui um montante de Euros 19.457.000 (2011: Euros 19.244.000) relacionados com as comissões pagas ao Grupo Banco Comercial Português, S.A, de acordo com os termos do contrato de distribuição estabelecido com a Ocidental Seguros.

Nota 5 – Rendimentos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	Eur	
	2012	2011
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	3.174.033	3.878.633
Rendimentos de depósitos bancários	279.339	487.466
	3.453.372	4.366.099

Nota 6 – Gastos financeiros

O saldo da rubrica de gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas inclui um montante de Euros 792.000 (2011: Euros 1.674.000) relativos a custos operacionais imputados à função de investimentos.

Nota 7 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2012			2011		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	38.503	(10.434)	28.069	393.996	(447.685)	(53.689)
Obrigações de outros emissores	2.945	(552)	2.393	6.699	(214)	6.485
Ações	41.694	(29.679)	12.015	163.105	-	163.105
De investimentos disponíveis para venda	83.142	(40.665)	42.477	563.800	(447.899)	115.901
Total	83.142	(40.665)	42.477	563.800	(447.899)	115.901

Nota 8 – Imparidade (líquida de reversões) e variação de outras provisões

A imparidade (líquida de reversões) e a variação de outras provisões são analisadas como segue:

		<i>Eur</i>
	2012	2011
De ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.247.384
De devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	1.785.105	371.046
De outros devedores	(23.935)	-
Total imparidade	1.761.170	1.618.430
Outras provisões (variação)	(320.000)	-
Total	1.441.170	1.618.430

Em 2011, a imparidade relativa a ativos financeiros disponíveis para venda respeita a dívida pública Grega, que foi vendida na totalidade até 31 de dezembro de 2011 (ver nota 29).

Nota 9 – Outros rendimentos/gastos

Os outros rendimentos/gastos incluem um montante de Euros 85.000 (2011: Euros 121.000) relativos a pessoal cedido a outras entidades.

Nota 10 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2012	2011
Custos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	317.645	342.623
Remunerações - pessoal	7.912.984	7.891.324
Encargos sobre remunerações	1.734.635	1.307.271
Benefícios pós emprego - planos benefício definido	3.250.457	1.930.633
Seguros obrigatórios	395.544	355.497
Gastos de ação social	44.791	36.172
Outros gastos	313.909	137.737
	13.969.965	12.001.257
Fornecimentos e serviços externos	15.710.247	17.727.525
Depreciações de ativos tangíveis		
Equipamento de transporte e outro equipamento	986	893
Equipamento informático	52.784	35.238
	53.770	36.131
Amortizações dos ativos intangíveis		
Software	3.148	11.861
Outros	776.995	(301.302)
Total	30.514.125	29.475.472

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem Impostos e taxas no montante de Euros 826.000 (2011: Euros 655.000), o montante de Euros 645.000 (2011: Euros 662.000) relativos a Juros suportados, Comissões no montante de Euros 148.000 (2011: Euros 148.000) e o montante positivo de Euros 842.000 (2011: montante positivo de Euros 1.766.000) relativos a reversão de outras provisões.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	Eur	
	2012	2011
Custos com sinistros	5.350.556	4.990.475
Custos e gastos de exploração		
Custos de aquisição	8.181.791	7.508.529
Custos administrativos	16.189.574	15.302.648
Custos de gestão de investimentos		
Alocados à conta técnica de seguros não vida	690.459	747.019
Alocados à conta não técnica	101.745	926.801
Total	30.514.125	29.475.472

Em 31 de dezembro de 2012, o número médio de colaboradores da Companhia ascendia a 182 (2011: 166).

II.5 Notas ao balanço

Nota 11 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é composto na totalidade por depósitos bancários.

Nota 12 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2012			2011		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total
Dívida pública	49.556.072	582.872	50.138.944	62.477.917	(5.639.551)	56.838.366
Obrigações de outros emissores	73.739.759	(976.520)	72.763.239	58.308.927	(6.965.487)	51.343.440
Ações	3.539.983	(6.701)	3.533.282	4.555.447	13.200	4.568.647
Juros a receber	1.146.246	-	1.146.246	1.491.416	-	1.491.416
Total	127.982.060	(400.349)	127.581.711	126.833.707	(12.591.838)	114.241.869
Dos quais:						
Nível 1			122.110.709			110.307.661
Nível 2			5.471.002			3.934.208
Nível 3			-			-
			127.581.711			114.241.869

De acordo com o IFRS7, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers';

Nível 2 - valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 - valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 13 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

Nota 14 – Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Equipamento		
Equipamento informático	250.082	272.969
Equipamento administrativo	48.748	48.748
Outro equipamento	76.103	76.103
	374.933	397.820
Amortizações acumuladas	(268.079)	(274.187)
Saldo líquido	106.854	123.633

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	<i>Eur</i> Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	272.969	48.748	76.103	397.820
Aquisições	36.991	-	-	36.991
Abates	(59.878)	-	-	(59.878)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	250.082	48.748	76.103	374.933
Amortizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(154.853)	(48.748)	(70.586)	(274.187)
Amortizações do exercício	(52.784)	-	(986)	(53.770)
Abates	59.878	-	-	59.878
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(147.759)	(48.748)	(71.572)	(268.079)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2011	118.116	-	5.517	123.633
Saldo líquido em 31 de dezembro 2012	102.323	-	4.531	106.854

Nota 15 – Outros ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>
	<u>Software</u>
Custo de aquisição	
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	1.965.052
Abates	(44.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.920.652</u>
Amortização acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(1.917.504)
Amortizações do exercício	(3.148)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(1.920.652)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro 2011	<u>47.548</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro 2012	<u>-</u>

Nota 16 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>				
	2012				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	20.288.967	5.982.149	5.558.541	2.377.123	34.206.780
Provisão para sinistros	51.550.333	13.885.900	20.933.085	6.853.113	93.222.431
Provisão para participação nos resultados	66.392	-	-	-	66.392
Provisão para desvios de sinistralidade	-	821.798	-	64.126	885.924
Provisão para riscos em curso	720.617	127.620	2.265.525	401.263	3.515.025
Total bruto	72.626.309	20.817.467	28.757.151	9.695.625	131.896.552
Provisão para prémios não adquiridos	13.009.133	1.108.752	-	1.281.347	15.399.232
Provisão para sinistros	23.552.297	3.240.559	709.035	2.219.908	29.721.799
Total resseguro	36.561.430	4.349.311	709.035	3.501.255	45.121.031
Saldo líquido	36.064.879	16.468.156	28.048.116	6.194.370	86.775.521

	2011				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	22.834.926	5.600.833	5.217.376	3.221.529	36.874.664
Provisão para sinistros	50.421.631	11.312.875	23.002.140	7.255.393	91.992.039
Provisão para participação nos resultados	66.392	-	-	-	66.392
Provisão para desvios de sinistralidade	-	761.776	-	64.126	825.902
Provisão para riscos em curso	674.760	44.615	2.276.568	292.893	3.288.836
Total bruto	73.997.709	17.720.099	30.496.084	10.833.941	133.047.833
Provisão para prémios não adquiridos	14.242.123	1.116.067	-	1.720.510	17.078.700
Provisão para sinistros	23.958.396	3.134.144	495.373	2.849.578	30.437.491
Total resseguro	38.200.519	4.250.211	495.373	4.570.088	47.516.191
Saldo líquido	35.797.190	13.469.888	30.000.711	6.263.853	85.531.642

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de trabalho está incluído o montante de Euros 13.973.000 (2011: Euros 13.055.000) referente à provisão matemática de Acidentes de trabalho.

Em resultado do teste de adequação de responsabilidades efetuado no ramo de Acidentes de trabalho, a provisão para sinistros foi reforçada no montante de Euros 3.702.000 (2011: reforço de Euros 2.477.000). Este teste é efetuado numa perspetiva de alinhamento com a política de provisionamento das rendas do ramo vida.

A provisão para sinistros, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 21.436.000 (2011: Euros 21.026.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2012 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 1.832.000 (2011: Euros 1.863.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

	Eur	
	2012	2011
Provisão para prémios não adquiridos	39.535.634	42.384.408
Custos de aquisição diferidos	(5.328.854)	(5.509.744)
Saldo líquido	34.206.780	36.874.664

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

	Eur	
	2012	2011
Custos de aquisição diferidos em 1 de janeiro	5.509.744	6.199.202
Custos de aquisição do ano	5.328.854	5.509.744
Amortização dos custos de aquisição	(5.509.744)	(6.199.202)
Custos de aquisição diferidos 31 de dezembro	5.328.854	5.509.744

A provisão para participação nos resultados corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o valor era de Euros 66.000.

Nota 17 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (“Plano CCT” ou “CCT”). Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo Plano CCT. Como forma de compensação, durante o primeiro trimestre de 2012, foi pago pela Companhia aos seus colaboradores um prémio de assinatura de contrato.

De acordo com este CCT revisto, foram introduzidas algumas alterações, as quais podem ser sucintamente apresentadas como segue: (i) um prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida; e (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de Janeiro de 2012.

De acordo com uma decisão do Conselho de Administração datada de 23 de Novembro de 2006, os colaboradores admitidos até 22 de Setembro de 2006 mantiveram os benefícios estabelecidos no Plano Complementar – benefício definido.

Em 1 de Outubro de 2012, foi decidido o corte daquele Plano Complementar pelo Conselho de Administração. Os colaboradores mantêm contudo os direitos adquiridos até 2011. Tendo em conta que as responsabilidades são as mesmas antes e depois do corte, não existindo adicionalmente a liquidação dessas responsabilidades, esta decisão não gerou impacto em resultados.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas pela adesão coletiva nº 72 ao Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efetuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de Dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2012	2011
Numero de participantes		
Ativos	180	176
Reformados e pensionistas	35	25
	215	201

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2012	2011
Taxa de desconto	4,00%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,75%
Taxa de rendimento esperada do fundo	4,00%	5,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,75%
Tábua de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 -2 anos	TV 88/90 -2 anos
Método atuarial	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada

Os ativos / (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2012 e 2011, são como segue:

	2012				2011			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades por benefícios	(15.081.768)	(2.138.305)	(271.525)	(17.491.598)	(10.634.902)	(1.563.724)	(199.503)	(12.398.129)
Justo valor dos ativos do fundo	15.120.861	-	-	15.120.861	10.912.464	-	-	10.912.464
Valor líquido	39.093	(2.138.305)	(271.525)	(2.370.737)	277.562	(1.563.724)	(199.503)	(1.485.665)
(Ganhos)/perdas atuariais não reconhecidos	3.427.452	405.933	-	3.833.385	2.830.346	(53.296)	-	2.777.050
Ativos/(responsabilidades) líquidas de Balanço	3.466.545	(1.732.372)	(271.525)	1.462.648	3.107.908	(1.617.020)	(199.503)	1.291.385

Adicionalmente, a Companhia transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 5 (2011: 5), e o valor total da responsabilidade ascende a Euros 711.000 (2011: Euros 738.000), o qual está incluído na valor das provisões matemáticas do Ramo Vida.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é analisado como segue:

	2012				2011			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	10.634.902	1.563.724	199.503	12.398.129	8.292.250	1.399.665	-	9.691.915
Custo do serviço corrente	14.729	56.101	18.684	89.514	123.792	54.526	-	178.318
Custo dos juros	548.939	81.193	10.474	640.606	428.193	72.656	-	500.849
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	-	199.503	199.503
Pagamentos efetuados pelo fundo ou pela Companhia	(353.345)	(44.869)	-	(398.214)	(497.604)	(31.403)	-	(529.007)
(Ganhos)/ perdas atuariais	1.306.900	453.886	42.864	1.803.650	601.371	66.708	-	668.079
Efeito da liquidação do Plano do CCT	-	-	-	-	438.327	-	-	438.327
Programas de reformas antecipadas e pré-reformas	2.603.588	28.270	-	2.631.858	844.352	91.872	-	936.224
Transferências entre fundos	326.055	-	-	326.055	404.221	(90.300)	-	313.921
Responsabilidades em 31 de dezembro	15.081.768	2.138.305	271.525	17.491.598	10.634.902	1.563.724	199.503	12.398.129

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são como segue:

	2012				2011			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Custo do serviço corrente	14.729	56.101	18.684	89.514	123.792	54.526	-	178.318
Custo dos juros	548.939	81.193	10.474	640.606	428.193	72.656	-	500.849
Rendimento esperado do fundo	(476.380)	-	-	(476.380)	(388.449)	-	-	(388.449)
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	-	199.503	199.503
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais não reconhecidos	399.360	(5.343)	-	394.017	168.026	-	-	168.026
Efeito da liquidação do Plano do CCT	-	-	-	-	535.665	-	-	535.665
Programas de reformas antecipadas e pré-reformas	2.603.588	28.270	42.864	2.674.722	844.352	91.872	-	936.224
Transferências entre fundos	-	-	-	-	90.300	(90.300)	-	-
Custo do exercício	3.090.236	160.221	72.022	3.322.479	1.801.879	128.754	199.503	2.130.136

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é analisada como segue:

	Eur	
	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	10.912.464	8.200.450
Contribuições da Companhia	3.448.873	2.616.234
Pagamentos efetuados pelo fundo	(353.345)	(497.604)
Retorno esperado do fundo	476.380	388.449
Ganhos/(perdas) atuariais do fundo	310.434	(108.986)
Transferências entre fundos	326.055	313.921
Saldo em 31 de dezembro	15.120.861	10.912.464

Os ganhos e perdas atuariais em 2012 e 2011, são analisadas como segue:

	2012			2011		
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total
(Ganhos)/ perdas atuariais no início do exercício	2.830.346	(53.296)	2.777.050	2.385.353	(120.004)	2.265.349
(Ganhos)/ perdas atuariais nas responsabilidades	1.306.900	453.886	1.760.786	1.039.698	66.708	1.106.406
(Ganhos)/perdas atuariais do fundo	(310.434)	-	(310.434)	108.986	-	108.986
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais não reconhecidos	(399.360)	5.343	(394.017)	(168.026)	-	(168.026)
Efeito da liquidação do Plano do CCT	-	-	-	(535.665)	-	(535.665)
(Ganhos)/ perdas atuariais no final do exercício	3.427.452	405.933	3.833.385	2.830.346	(53.296)	2.777.050

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os ganhos/(perdas) atuariais resultantes de alterações dos pressupostos atuariais foram de Euros (1.938.000) e Euros (253.000), respetivamente.

Em 2012, as contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Companhia no montante de Euros 3.449.000 (2011: Euros 2.616.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro. Adicionalmente, em 2012, a Companhia contribuiu com o montante de Euros 80.000 para o novo Plano Complementar de Contribuição Definida.

Os Ativos/ (responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2012				2011			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos(responsabilidades) em 1 janeiro em Balanço	3.107.908	(1.617.020)	(199.503)	1.291.385	2.293.553	(1.519.669)	-	773.884
Custo normal	(3.090.236)	(160.221)	(72.022)	(3.322.479)	(1.801.879)	(128.754)	(199.503)	(2.130.136)
Contribuições dos empregados e outras contribuições	3.448.873	44.869	-	3.493.742	2.616.234	31.403	-	2.647.637
Ativos(responsabilidades) em 31 dezembro em Balanço	3.466.545	(1.732.372)	(271.525)	1.462.648	3.107.908	(1.617.020)	(199.503)	1.291.385

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos ativos do fundo são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>				
	2012	2011	2010	2009	2008
Responsabilidades por benefícios	(17.491.598)	(12.398.129)	(9.691.915)	(8.949.425)	(9.105.276)
Justo valor dos ativos do fundo	15.120.861	10.912.464	8.200.450	8.236.007	7.850.416
Valor líquido	(2.370.737)	(1.485.665)	(1.491.465)	(713.418)	(1.254.860)
Ganhos e (perdas) atuariais não reconhecidos	3.833.385	2.777.050	2.265.349	1.491.882	2.487.423
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	1.462.648	1.291.385	773.884	778.464	1.232.563

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Títulos rendimento variável	3.657.871	-
Títulos rendimento fixo	9.563.477	6.590.127
Imóveis	258.942	-
Outros	1.640.571	4.322.337
	15.120.861	10.912.464

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Impacto no Custo com Pensões	12.279	8.976
Impacto nas Responsabilidades	342.129	250.196

Adicionalmente, no contexto das alterações aos planos de reforma concedidos pela Companhia aos seus empregados, aprovadas pelo Conselho de Administração, simultaneamente ao corte do Plano Complementar na forma de benefício definido, o Plano Complementar na forma de contribuição definida foi igualmente revisto. As alterações foram implementadas no sentido de tornar este plano mais flexível e ajustado às necessidades de cada trabalhador. O atual plano de contribuição definida, sob o *slogan* "O seu futuro, ao seu ritmo", aspira alcançar melhores condições de reforma, funcionando como complemento à Segurança Social, assim como pretende estimular a poupança dos trabalhadores, concedendo o benefício de uma contribuição direta adicional por parte da Companhia.

A 31 de Dezembro de 2012, em resultado deste novo plano de contribuição definida, a Companhia reconheceu um custo no montante de Euros 80.000.

30

Nota 18 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2012	2011
Tomadores de seguros	5.514.651	4.542.524
Mediadores de seguros	1.033.542	828.043
Resseguradores	10.894.519	11.474.321
	17.442.712	16.844.888
Imparidade	(5.224.879)	(3.439.774)
Total	12.217.833	13.405.114
Outros devedores	858.280	394.773
Imparidade	-	(23.935)
Total Outros devedores	858.280	370.838
Total	13.076.113	13.775.952

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto e outras operações - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euros 4.333.000 (2011: Euros 3.436.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euros 625.000 (2011: Euros 381.000) dizem respeito a contratos de seguro com prémios em atraso, estando o risco de não cobrança destes valores coberto pelo reconhecimento de uma perda por imparidade.

Os movimentos ocorridos no exercício nas perdas por imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	2012		2011	
	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros
Saldo no início do ano	3.439.774	23.935	3.068.728	23.935
Reversões	-	(23.935)	(3.583)	-
Dotação do exercício	1.785.105	-	374.629	-
Saldo no final do ano	5.224.879	-	3.439.774	23.935

Nota 19 – Impostos correntes e Impostos diferidos

Em 2012, e enquanto decorrer a intervenção da Troika em Portugal, esperada até ao final de 2013, a carga fiscal é determinada com base numa taxa máxima de 31,5% (compreendendo a taxa nominal de imposto e derramas), como se segue:

Taxa	Lucro tributável	Eur
26,5%	Até 1.500.000	
29,5%	1.500.000 a 10.000.000	
31,5%	> 10.000.000	

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos reconhecidos em Balanço a 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser analisados como segue:

	Eur	
	2012	2011
Ativos por impostos correntes	-	1.283.830
Ativos por impostos diferidos	4.243.180	6.406.050
Ativos por impostos	4.243.180	7.689.880
Passivos por impostos e taxas correntes	5.060.365	3.008.150
Passivos por impostos	5.060.365	3.008.150

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos		Líquido		<i>Eur</i>
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Ativos financeiros	116.101	3.613.772	-	-	116.101	3.613.772	
Passivos por contratos de seguro e de investimento	1.073.573	718.376	-	-	1.073.573	718.376	
Provisões	1.417.950	1.315.152	-	-	1.417.950	1.315.152	
Outros	1.635.556	758.750	-	-	1.635.556	758.750	
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	4.243.180	6.406.050	-	-	4.243.180	6.406.050	
Líquido de ativos/ passivos	-	-	-	-	-	-	
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	4.243.180	6.406.050	-	-	4.243.180	6.406.050	

O movimento do imposto diferido de balanço em 2012 e 2011 foi reconhecido como segue:

	2012		2011		Eur
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor	
Ativos financeiros	37.861	(3.535.532)	37.861	1.930.221	
Passivos por contratos de seguro e de investimento	355.197	-	379.646	-	
Provisões	102.798	-	(426.312)	-	
Outros	876.806	-	452.568	-	
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	1.372.662	(3.535.532)	443.763	1.930.221	

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2012 e 2011 é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2012	2011
Imposto corrente	(3.606.329)	(2.152.274)
Imposto diferido	1.372.662	443.763
Total do imposto reconhecido em resultados	(2.233.667)	(1.708.511)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

		<i>Eur</i>
	2012	2011
Resultado antes de impostos	6.405.387	6.711.577
Taxa de imposto	29,0%	29,0%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	1.857.562	1.946.357
Tributação autónoma	74.089	89.399
Outras diferenças permanentes	302.016	(327.245)
	2.233.667	1.708.511

Nota 20 – Outros passivos financeiros

O saldo desta conta diz respeito a Depósitos recebidos de resseguradores, que em 31 de dezembro de 2012 eram de Euros 5.215.000 (2011: Euros 6.970.000).

Nota 21 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2012	2011
Tomadores de seguros e intermediários	6.305.455	5.804.959
Resseguradores	10.275.940	1.412.121
Credores por operações seguro e resseguro	16.581.395	7.217.080
Outros credores	1.785.631	1.039.009
Total	18.367.026	8.256.089

Em 2012, o valor de comissões a pagar ao Grupo Banco Comercial Português, S.A no montante de Euros 4.802.000 (2011: Euros 4.850.000) estão incluídas na conta de Tomadores de seguros e intermediários.

Nota 22 – Acréscimos e diferimentos

Em 2012 a rubrica Acréscimos e diferimentos – Custos Diferidos, inclui o montante de Euros 1.499.000 (2011: Euros 1.473.000) relativo aos serviços prestados pela Accenture na gestão de sinistros dos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel.

Adicionalmente a rubrica Acréscimos e diferimentos – acréscimos de custos, inclui também a estimativa do valor atual das contribuições futuras do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), conforme referido nas políticas contabilísticas (FAT) no valor de Euros 977.000 (2011: Euros 866.000).

Nota 23 – Outras Provisões

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2012	2011
Provisão para impostos	93.437	93.437
Outras provisões	2.277.134	3.439.750
Total	2.370.571	3.533.187

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as alterações das outras provisões são analisadas como segue:

	Eur	
	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	3.533.187	5.299.646
Reversão exercício - DGs	(842.616)	(1.766.459)
Reversão exercício - Outros	(320.000)	-
Saldo em 31 de dezembro	2.370.571	3.533.187

Em resultado do processo de reestruturação iniciado pelo Grupo no final do exercício de 2010, através de um programa de reformas antecipadas, a Companhia registou uma provisão de Euros 4.348.000.

Em 2011, as reversões do exercício incluem o montante de Euros 1.026.000 relativo a reformas antecipadas negociadas e o montante de Euros 773.000 relativo a outros ajustes à provisão.

Em Abril de 2012, o Governo Português anunciou alterações ao nível das reformas antecipadas no setor privado. De acordo com estas alterações, em 29 de Outubro de 2012, a Comissão Executiva e o Conselho de Administração aprovaram um esquema faseado e seletivo de pré-reformas, como alternativa ao programa inicialmente baseado em reformas antecipadas. A comunicação destas alterações foi efetuada atendendo às novas condições do programa.

Em 2012, a reversão de Euro 843.000 refere-se ao reforço efetuado à provisão, deduzido dos valores já transferidos para o Fundo de Pensões da Companhia, relativos aos colaboradores que aceitaram a pré-reforma. O valor de balanço da provisão para custos de reestruturação em 31 de Dezembro de 2012 é de Euros 1.864.000.

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

Nota 24 – Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor

Capital

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Ocidental Seguros, encontra-se representado 2.500.000 ações com o valor nominal de Euro 5 cada. A Sociedade é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Ocidental Seguros tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social.

Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota II.1.

A movimentação ocorrida na reserva de justo valor, antes de impostos, em 2012 e 2011 foi como segue:

	Eur	
	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	(12.591.838)	(5.935.903)
Ajustamentos no justo valor	12.191.189	(6.656.443)
Vendas	300	508
Saldo em 31 de dezembro	(400.349)	(12.591.838)

A reserva de justo valor é analisada como se segue:

	Eur	
	2012	2011
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	127.982.060	126.833.707
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	127.581.711	114.241.869
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação	(400.349)	(12.591.838)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	116.101	3.651.633
Reserva de reavaliação, líquida de impostos	(284.248)	(8.940.205)

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2012 é analisado como se segue:

	Eur										
	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Resultados transitados	Premio emissão	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido							
Capital	12.500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.500.000
Reservas de reavaliação	-	(400.349)	116.101	(284.248)	-	-	-	-	-	-	(284.248)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.171.720	4.171.720
Resultados transitados	-	-	-	-	-	24.018.734	-	-	-	-	24.018.734
Outras reservas	-	-	-	-	12.500.000	-	1.246.995	487.004	218.746	-	14.452.745
Saldo 31 dezembro 2012	12.500.000	(400.349)	116.101	(284.248)	12.500.000	24.018.734	1.246.995	487.004	218.746	4.171.720	54.858.951

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2011 é analisado como se segue:

	Eur										
	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Resultados transitados	Premio emissão	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido							
Capital	12.500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.500.000
Reservas de reavaliação	-	(12.591.838)	3.651.633	(8.940.205)	-	-	-	-	-	-	(8.940.205)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.003.066	5.003.066
Resultados transitados	-	-	-	-	-	23.729.430	-	-	-	-	23.729.430
Outras reservas	-	-	-	-	12.286.239	-	1.246.995	487.004	218.746	-	14.238.984
Saldo 31 dezembro 2011	12.500.000	(12.591.838)	3.651.633	(8.940.205)	12.286.239	23.729.430	1.246.995	487.004	218.746	5.003.066	46.531.275

II.7 Outras notas

Nota 25 - Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	Eur	
	2012	2011
Remunerações	317.645	342.623
	317.645	342.623

A análise das transações com partes relacionadas em 2012 e 2011 é analisada como segue:

Balanço	Eur					
	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Médias	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	13.151.583	-	-	-	-	13.151.583
Empréstimos concedidos e contas receber	15.006.312	-	-	-	-	15.006.312
Activos financeiros disponíveis para venda	2.578.902	-	-	-	-	2.578.902
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	28.263.754	28.263.754
Outros ativos	3.406	2.333	-	1.734.173	-	1.739.912
Total do ativo	30.740.203	2.333	-	1.734.173	28.263.754	60.740.463
Provisões técnicas	4.385.082	-	-	-	-	4.385.082
Outros passivos	5.196.013	45.075	19.055	-	8.837.722	14.097.865
Total do passivo	9.581.095	45.075	19.055	-	8.837.722	18.482.947
Líquido Ativo / (Passivo) 2012	21.159.108	(42.742)	(19.055)	1.734.173	19.426.032	42.257.516
Líquido Ativo / (Passivo) 2011	12.463.723	(247.821)	(19.055)	1.490.888	27.749.703	41.437.438

Demonstração de resultados	Eur					
	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Médias	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	9.298.839	-	-	-	(120.447.949)	(111.149.110)
Dividendos e juros a receber	58.492	-	-	-	-	58.492
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	93	-	-	-	-	93
Outros proveitos	-	32.880	-	-	-	32.880
Total de proveitos	9.357.424	32.880	-	-	(120.447.949)	(111.057.645)
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	(5.176.657)	-	-	-	80.842.819	75.666.162
Custos de aquisição	(19.456.531)	-	-	-	14.552.379	(4.904.152)
Gastos gerais e administrativos	(4.652.685)	(177.600)	-	3.250.457	-	(1.579.828)
Total de custos	(29.285.873)	(177.600)	-	3.250.457	95.395.198	69.182.182
Líquido Proveitos / (Custos) 2012	(19.928.449)	(144.720)	-	3.250.457	(25.052.751)	(41.875.463)
Líquido Proveitos / (Custos) 2011	(18.845.406)	(247.821)	-	(1.930.633)	(24.301.508)	(45.325.368)

As transações com o Grupo BCP são referentes, nomeadamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A. pela distribuição dos produtos da Companhia e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E., por serviços partilhados.

As transações com a Médias são relativas ao tratado de resseguro celebrado no âmbito do Ramo Doença.

As transações com Partes relacionada foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares.

Nota 26 – Gestão de riscos

"Um contrato de seguro é a transferência equitativa do risco de uma perda, de uma entidade para outra em troca de um pagamento. É uma forma de gestão de risco usada principalmente para cobertura do risco de uma perda contingente, incerta", fonte Wikipédia.

Para a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. assumir riscos é intrínseco na forma como a companhia de seguros cria valor para os seus clientes, acionistas, entidades reguladoras e agências de avaliação de rating. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. vê uma boa gestão de risco como a chave na garantia de um crescimento rentável sustentável e, consequentemente, uma competência nuclear.

Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

A gestão de risco na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contem ainda a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e define também os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está centralizada no Responsável pelo Risco (CRO) que acumula com as funções de Administrador responsável pelo pelouro financeiro (CFO).

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e resposta, dentro da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está implementada uma taxonomia de risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente toda a Companhia.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os Riscos Financeiros, Operacionais e de Seguros são quantificados no âmbito do Pilar I do regime de Solvência II, enquanto que os Riscos Estratégicos são geridos no âmbito do Pilar II.

Riscos Estratégicos

Os riscos estratégicos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual e também de se posicionar para o contínuo crescimento e criação de valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, incluindo o ambiente regulamentar e económico, no panorama competitivo ou na forma como as pessoas (clientes ou pessoal) se comportam.

Na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. os riscos estratégicos são geridos através do processo KRR (*Key Risk Reporting*), o qual também contribui para a elaboração e execução da resposta apropriada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. Adicionalmente, estão em desenvolvimento outros processos relevantes para a gestão global dos Riscos Estratégicos.

Riscos Financeiros

Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Um dos riscos da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é o Risco Financeiro, quer a partir do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados “*Riscos de Mercado*”, ou, em eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado “*Risco de Contraparte*”.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. fornece a aprovação final da estratégia de investimentos;
- As decisões de investimento na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. são da responsabilidade do responsável pelo pelouro financeiro (CFO) e do Departamento de Investimentos. Para além disso o CFO tem responsabilidades na gestão do risco de mercado o qual delega no Comité de Gestão de Ativos (subcomité do Comité de Risco).
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
 - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Ocidental – Companhia de Seguros, S.A.;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao CFO;
 - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e políticas relevantes;
 - Apoia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos (ou seja, limites ligeiros).
- A função de Investimentos:
 - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
 - Desenvolve a estratégia de investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco e a SAA. Caso a responsabilidade seja delegada a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores de ativos, monitorizando a relação com o F&C Portugal, as suas decisões e ações, por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo AMC/Comité de Risco ou por Reguladores locais.
- O comité de riscos:
 - É responsável pela aprovação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.

No início do ano, o Responsável do Risco teve lugar e tem como principais funções:

- Propor e restringir o apetite ao risco bem como as restrições de riscos agregados;
- Fornecer um parecer sobre a adequação das políticas de risco;
- Membro do Comité de Risco/Gestão de Ativos (AMC).
- Dar parecer sobre a estratégia global de anterior à aprovação pelo Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos Financeiros na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., estão divididos nas seguintes categorias:

- Risco de Incumprimento da Contraparte;
- Risco de Mercado.

Risco de Incumprimento da Contraparte

O *Risco de Incumprimento da Contraparte* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como acordos de resseguro, titularizações e derivados e dívidas a receber de intermediários.

Este risco não inclui o risco de perdas resultantes do incumprimento de ativos comprados para fins de investimento – este risco é definido como um risco de investimento em vez de risco de incumprimento da contraparte e é coberto dentro do risco de spread e do risco de mercado.

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o risco de *spread* e do risco de incumprimento da contraparte, a taxonomia de risco da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é elaborada por forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

Em 2013, a ambição da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é monitorizar este risco no âmbito do apetite ao risco e do processo de gestão de capital de acordo com os requisitos de Solvência II.

Nesta categoria de risco está também incluído o Risco de Concentração. Este risco advém de uma grande concentração de exposição a apenas uma contraparte ou uma concentração de exposições para um número de contrapartes correlacionadas (ou seja, uma tendência comum em circunstâncias semelhantes) com potencial para produzir uma perda de capital significativa devido a uma falência ou falta de pagamento.

Riscos de Mercado

Os ativos e passivos da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, spreads, ações, etc. O risco de perda ou de provocar alteração da situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. como risco de mercado.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o risco de mercado, e por conseguinte são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do Risco de Mercado, o *Risco de Câmbio* surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer produto financeiro está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (Eur). A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O quadro seguinte indica os valores da carteira por tipo de ativo:

Carteira de Investimento	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	127.581.711	100,0%	114.241.868	100,0%
Dívida pública	50.613.443	39,7%	57.749.496	50,6%
Obrigações	73.434.986	57,6%	51.923.727	45,5%
Ações	750	0,0%	755	0,0%
Fundos de investimento:				
Obrigações	-	0,0%	1.010.348	0,9%
Imobiliário	3.532.532	2,8%	3.557.542	3,1%
Total	127.581.711		114.241.868	

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Ativo				
Caixa e disponibilidades	13.151.583		8.883.000	
Empréstimos e contas a receber	15.006.312		10.515.803	
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	13.076.113		13.775.952	
Total	41.234.008		33.174.755	
Passivo				
Outras responsabilidades financeiras	5.214.647		6.970.326	
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	18.367.026		8.256.089	
Total	23.581.673		15.226.415	

As ações detidas podem ser decompostas por tipo de setor:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda		Eur	
	Valor	%	Valor	%
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	750	99,3%
Consumíveis cíclicos	-	0,0%	5	0,7%
	750	100,0%	755	100,0%

As obrigações detidas pela Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. podem ser decompostas por tipo de setor:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA	Ativos financeiros disponíveis para venda		Eur	
	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	50.613.443	40,8%	57.749.496	52,7%
Instituições financeiras	59.998.950	48,4%	47.467.498	43,3%
Indústria	849.142	0,7%	-	0,0%
Setores básicos e energéticos	2.880.001	2,3%	-	0,0%
Operações hipotecárias	157.148	0,1%	167.813	0,2%
Consumíveis cíclicos	4.435.708	3,6%	-	0,0%
Comunicações	1.655.319	1,3%	1.305.195	1,2%
Diversos	3.458.718	2,8%	2.983.221	2,7%
	124.048.429	100,0%	109.673.223	100,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em ratings externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DERATING	Ativos financeiros disponíveis para venda		Eur	
	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
AAA	12.259.111	9,9%	39.513.589	36,0%
AA	22.853.401	18,4%	9.330.018	8,5%
A	20.368.377	16,4%	19.317.487	17,6%
BBB	24.265.707	19,6%	6.227.805	5,7%
BB	38.264.959	30,8%	35.284.324	32,2%
B	6.036.874	4,9%	-	0,0%
Total	124.048.429	100,0%	109.673.223	100,0%
Dívida pública - AFDV	50.613.443	52,7%	57.749.496	48,0%
Obrigações - AFDV	73.434.986	47,3%	51.923.727	52,0%
Total	124.048.429	100,0%	109.673.223	100,0%

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos ratings referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

[EUR]	2012		Eur	
	2011		2011	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
B	28.157.895	100,0%	19.398.803	100,0%
Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
AAA	-	0,0%	5.092.435	37,0%
AA	3.426.247	26,3%	4.566.839	33,2%
A	3.144.843	24,1%	219.951	1,6%
BBB	1.203.340	9,3%	-	-
Sem rating	5.301.683	40,5%	3.896.727	28,2%
	13.076.113	100,0%	13.775.952	100,0%
Total	41.234.008		33.174.755	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

Fundos de investimento por zona geográfica	Ativos disponíveis para venda			Eur %
	Portugal	Luxemburgo	Total	
Imobiliário	3.532.532	-	3.532.532	100,0%
Alternativos	-	-	-	0,0%
Total em dezembro 2012	3.532.532	-	3.532.532	100,0%
Obrigações	-	1.010.348	1.010.348	22,1%
Imobiliário	3.557.542	-	3.557.542	77,9%
Total em dezembro 2011	3.557.542	1.010.348	4.567.890	100,0%

Nesta categoria de risco está também incluído o Risco de Liquidez.

Como parte do Risco de Mercado, o Risco de Liquidez é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros titulares de contratos que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para monitorizar o Risco de Liquidez, a abordagem da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

Os números apresentados não devem ser comparados com os montantes de balanço, uma vez que incluem a projeção de fluxos de caixa que não são descontados.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

Risco de liquidez 2012	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	2.295.173	2.042.334	12.446.753	57.832.202	8.719.092	-	83.335.544
Ativos financeiros a taxa variável	3.441.894	11.485.135	8.883.043	22.983.704	182.867	-	46.976.643
Outros ativos financeiros	19.128.168	14.310.281	8.295.129	3.606.292	484.589	3.533.282	49.357.741
Ativos financeiros	24.865.235	27.837.749	29.624.925	84.422.198	9.386.548	3.533.282	179.669.928
Ativos não financeiros	2.313.604	4.627.210	22.342.121	12.839.746	10.600.452	-	52.723.133
Total de ativos	27.178.839	32.464.959	51.967.046	97.261.944	19.987.000	3.533.282	232.393.061
Outros passivos financeiros	2.594.043	13.279.205	5.665.950	2.035.911	30.501	6.062	23.581.672
Passivos financeiros	2.594.043	13.279.205	5.665.950	2.035.911	30.501	6.062	23.581.672
Passivos não financeiros	7.516.949	15.908.702	75.228.748	30.068.184	29.078.247	-	157.800.830
Total de passivos	10.110.992	29.187.907	80.894.698	32.074.095	29.108.748	6.062	181.382.502

Risco de liquidez 2011	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	3.486.250	530.070	23.757.500	50.761.454	8.937.945	-	87.473.219
Ativos financeiros a taxa variável	49.800	7.537.575	3.028.340	23.504.503	5.961.680	-	40.081.898
Outros ativos financeiros	13.451.786	15.913.236	6.053.770	3.269.976	694.198	686.346	40.069.312
Ativos financeiros	16.987.836	23.980.881	32.839.610	77.235.933	15.593.823	686.346	167.624.429
Ativos não financeiros	2.218.984	4.437.967	21.511.444	19.294.860	10.941.754	-	58.405.009
Total de ativos	19.206.820	28.418.848	54.351.054	96.530.793	26.535.577	686.346	226.029.438
Outros passivos financeiros	4.720.787	8.388.094	1.029.122	1.054.751	28.080	5.581	15.226.415
Passivos financeiros	4.720.787	8.388.094	1.029.122	1.054.751	28.080	5.581	15.226.415
Passivos não financeiros	6.585.293	14.239.403	65.334.866	37.623.765	28.246.907	-	152.030.234
Total de passivos	11.306.080	22.627.497	66.363.988	38.678.516	28.274.987	5.581	167.256.649

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projetados e não se encontram descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em dezembro de 2012 e 2011 respetivamente.

Riscos Específicos de Seguros

Modelo de Governo dos Riscos Específicos de Seguros

A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. gere o risco específico dos seguros através da conjugação das suas políticas de subscrição (*underwriting*), de pricing, de provisionamento e de resseguro.

A estrutura de governo do Risco de Seguros é resumida como se segue:

- A área de Subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;
- Definição de uma Política de Subscrição e dos respetivos limites de aceitação de riscos. Caso estes limites sejam ultrapassados, o Responsável de Risco é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação que vão ser desenvolvidas;
- A função de Gestão do Risco é responsável por definir o *Apetite ao Risco* de Subscrição bem como o *Apetite ao Risco* de forma agregada e avaliar/gerir os riscos de seguro de acordo com as políticas e regulamentos estabelecidos na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.;
- A função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- O Comité de Risco é responsável pela aprovação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco da Companhia. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos;
- Caso os limites sejam ultrapassados, deve ser desencadeado um processo de comunicação ao Responsável do Risco.

Diversos departamentos da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. estão envolvidos na Gestão de Riscos de Seguros, tais como Departamento de Gestão de Risco e Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

Subscrição e Pricing

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora fazendo parte do processo global de gestão do risco de seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a companhia de seguros. O processo pelo qual os segurados são segmentados de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, possibilitando uma adequada definição do prémio assente no perfil de risco do segurado, é o processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão de riscos. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento atuarial, atendendo aos dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de Subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os inesperados das apólices de seguros.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, profit testing), como à posteriori (por exemplo, os rácios combinados).

Os fatores levados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, o marketing, a gestão de apólices e a gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências dos IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (best-estimate), i.e., calculadas numa base económica, e também com um elevado grau de confiança.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é regularmente efetuada, pelos atuários responsáveis, sendo as provisões do ramo não vida regularmente certificadas por uma entidade externa.

Resseguro

Quando apropriado, a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climatéricos (desastres naturais). Os eventos mencionados anteriormente estão diretamente relacionados com as condições atmosféricas bem como com a própria atividade do Homem. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes catástrofes tais como terremotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

Alguns resseguradores manifestaram a intenção de deixar de assumir coberturas ilimitadas e de cobrir riscos de terrorismo de natureza nuclear, biológica ou química. As seguradoras envolvidas, em conjunto com associações do setor, têm vindo a debater com os respetivos governos possíveis soluções para este problema. Tais soluções podem passar pela disponibilização de coberturas limitadas ou a criação de soluções (parcialmente) patrocinadas pelos governos.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida de seguida:

[EUR]			
Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção líquida
Incêndio	Excedente	15.000.000	300.000
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de Perdas (XL)	400.000.000	20.000.000
Responsabilidade Civil	Excesso de Perdas (XL)	2.450.000	50.000
Engenharia	Quota Parte + Excedente	2.750.000	250.000
Acidentes Pessoais	Excedente	1.500.000	75.000
Automóvel - responsabilidade civil	Excesso de Perdas (XL)	50.000.000	750.000
Automóvel - cascos	Excesso de Perdas (XL)	4.250.000	750.000
Marítimo	Quota Parte	1.000.000	40%
Transportes	Excedente	1.500.000	75.000
Acidentes Pessoais (catástrofes)	Excesso de Perdas (XL)	50.000.000	250.000
Acidentes de Trabalho	Excesso de Perdas (XL)	30.000.000	500.000

Gestão dos Riscos Específicos de Seguros

A aceitação de riscos através de contratos de seguro, deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao risco de seguro que a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está disposta a aceitar, deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.

Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como Riscos Específicos de Seguros, de acordo com a taxonomia de riscos em vigor na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A..

O Risco Específico de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos riscos financeiro e operacional. De acordo com a taxonomia de risco da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., os riscos específicos de seguros podem ser divididos nas seguintes categorias:

- Riscos de responsabilidades de seguros não vida;
- Riscos de responsabilidades de seguros de saúde.

Riscos Específicos de Responsabilidade de Seguros Não Vida e de Saúde

O Risco Específico de Responsabilidade de Seguros Não Vida reflete o risco decorrente das obrigações de seguro não vida, em relação à cobertura de responsabilidades e aos custos de regularização de sinistros.

O Risco Específico de Seguros Não Vida pode surgir devido à incerteza dos níveis de sinistralidade relativamente aos ramos Automóvel, Incêndio e Multirriscos, Responsabilidade Civil, Acidentes de Trabalho e outras linhas de negócios.

Para o risco específico de responsabilidade de seguros de Saúde e de Acidentes de Trabalho, a incerteza dos custos está também relacionada com variações nos custos médicos. As taxas de invalidez podem também ser incluídas no risco de longevidade quando os produtos são vitalícios, como sejam, pensões de acidentes de trabalho e algumas apólices de saúde.

O tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um fator importante a ter em conta no processo de análise da volatilidade/severidade dos respetivos custos. Os sinistros de curto prazo (i.e., sinistros com prazo de regularização curto), tais como os decorrentes do seguro automóvel/danos materiais e seguro de multirriscos, em geral são comunicados e liquidados em pouco tempo. A resolução de sinistros, tais como os relativos a danos corporais, pode levar anos a serem encerrados. Estes sinistros, devido à natureza das perdas, tornam as informações relativas à ocorrência mais difíceis de obter bem como os tratamentos médicos necessários mais morosos. Para além disso, a análise de perdas de longo prazo é mais difícil e obriga a um trabalho mais pormenorizado, resultando numa maior incerteza quanto às estimativas dos pagamentos futuros.

As provisões para sinistros dos seguros não vida são estimadas para sinistros já ocorridos mas ainda não comunicados e para os sinistros já declarados mas ainda não totalmente liquidados. Em geral, a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. constitui provisões por sinistro, cobertura e tipo de dano, tomando em linha de conta as projeções dos pagamentos não descontados e também a estimativa dos sinistros ainda não declarados. É ainda considerado o custo da inflação futura.

A provisão para riscos em curso, risco relativo às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, são cobertos pela provisão para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Mensalmente são efetuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com a política do Grupo Ageas e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado, as políticas de subscrição e preços são revistas.

Os principais pressupostos atuariais usados no cálculo do valor das reservas matemáticas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Pensões remíveis	Pensões não remíveis
Tabela de mortalidade	TD 88/90	35% TV 88/90 65% TV 73/77
Taxa de desconto	5,25%	3,5%
Comissões de gestão	2,4%	4,0%

Relativamente a Acidentes de Trabalho, a análise da adequação das responsabilidades só se aplica às pensões não remíveis. Os pressupostos tomados em consideração são iguais aos referidos supra, sendo que a taxa de desconto corresponde à taxa de juro sem risco.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica deste tipo de provisões:

POSIÇÃO BALANÇO FECHO DO ANO (EUR)	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício	59.875.563	60.606.027	61.855.504	67.635.968	71.129.515	74.596.284	73.715.478
Pagamentos acumulados a:							
Um ano de desenvolvimento	19.997.347	19.914.257	22.832.091	30.079.950	32.554.098	32.913.166	
Dois anos de desenvolvimento	24.632.403	25.457.015	29.561.393	37.206.858	38.954.322		
Três anos de desenvolvimento	27.461.067	30.258.498	33.289.752	40.785.271			
Quatro anos de desenvolvimento	30.330.447	33.428.629	35.803.543				
Cinco anos de desenvolvimento	32.717.401	35.942.421					
	34.786.223						
Reservas reavaliadas a:							
Um ano de desenvolvimento	53.000.639	52.227.089	55.419.191	66.256.553	65.609.563	63.707.031	
Dois anos de desenvolvimento	51.444.009	52.328.462	56.489.519	62.232.023	62.148.979		
Três anos de desenvolvimento	49.723.154	53.350.967	53.255.019	58.634.703			
Quatro anos de desenvolvimento	46.773.397	50.325.692	50.450.115				
Cinco anos de desenvolvimento	44.668.494	48.369.440					
	43.539.230						
(In)Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:							
Valor nominal (d)	16.336.333	12.236.586	11.405.389	9.001.265	8.980.536	10.889.253	
Percentagem	27,3%	20,2%	18,4%	13,3%	12,6%	0,1459758	

Reconciliação entre as reservas apresentadas no triângulo e as reservas constantes no balanço

	31-12-2011	31-12-2012
Provisões para sinistros no final do exercício (a)	74.596.284	73.715.478
Provisões para sinistros a valores atualizados - Provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho (b)	15.532.515	17.674.815
Outras Provisões (c)		
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	1.863.240	1.832.138
Total provisões para sinistros Não Vida	91.992.039	93.222.432

Para mitigar este risco, a Companhia recorre a critérios de seleção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de sinistros e respetiva modelização. Este processo é efetuado por tipo de segmento de clientes e por classe de negócio, reforçado com o conhecimento quanto às expectativas ou evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. O risco de grandes perdas potenciais é mitigado através de limites impostos, da gestão do risco de concentração e por contratos de transferência de risco celebrados para o efeito, i.e., resseguro.

A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. contribui para a diversificação do negócio não vida (quer em termos de produtos quer em termos geográficos) reduzindo o risco.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de dezembro de 2012 e 2011 é o seguinte:

	Não Vida		Acidentes e Doença		Automóvel		Incêndio		Outros	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Rácio Sinistros	58.5%	61.6%	62.2%	63.2%	73.8%	82.3%	46.3%	52.7%	15.2%	23.2%
Rácio Despesas	21.1%	20.2%	18.1%	17.5%	26.9%	25.0%	28.0%	27.6%	25.2%	21.0%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	79.6%	81.9%	80.2%	80.6%	100.7%	107.3%	74.3%	80.4%	40.4%	44.3%

A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. executa com regularidade análises de sensibilidade às principais rubricas de custos que resultam da sua atividade de negócio, considerando para o efeito os possíveis impactos gerados nos resultados do exercício antes de impostos:

ANÁLISES DE SENSIBILIDADE (EUR)	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2012	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2011
Custos de exploração - 10%	2.106	1.942
Custos com sinistros + 5%	(1.995)	(2.007)

Risco Operacional

Modelo de Governo do Risco Operacional

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo, o Departamento de Gestão de Risco e Atuariado suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na eficácia e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a toda a Organização.

O risco operacional na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o comité de risco operacional e de controlo interno que gere o risco operacional na companhia. Além disso, a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Key Risk Report* e discutidos no comité de risco mantendo a atenção e focalizando nos processos da companhia através do desenho dos processo de controlo interno, levando a uma mudança global da gestão de risco.

Gestão dos Riscos Operacionais

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., a gestão do risco operacional foi definida como componente principal da estrutura (ERM) da companhia.

Em particular, engloba processos de toda a Organização, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Organização sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). Uma vez que a infraestrutura está ainda no seu estado inicial de desenvolvimento, há um compromisso por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- *Key Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Organização, com enfoque no risco operacional. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Organização;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;
- Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.;
- Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano;
- Desenho de processos (BPM) Controlo Interno: tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva "Bottom-up". Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Organização:
 - Identifica e documenta todos os processos transversais a toda a companhia;
 - Identifica e avalia os principais riscos associados aos processos;
 - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos, e;
 - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.. Como próximos passos, estes princípios serão implementados para processos mais detalhados que precisam de ser seguidos em cada uma das linhas de negócio.

Adicionalmente, este regulamento define as funções e as responsabilidades dos Comités e unidades de negócios e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre. Este regulamento define a interação entre o Grupo Ageas e a Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. relativamente a risco operacional e descreve requisitos de informação.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Não Vida é a seguinte:

Linha de negócio Não vida 2012	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro directo					
Acidentes e doença	146.934.744	149.797.958	93.102.332	27.381.642	(28.162.000)
Incêndio e outros danos	44.503.584	44.031.312	20.453.781	12.226.912	(6.992.997)
Automóvel					
-Responsabilidade civil	12.340.714	11.894.073	7.683.102	2.132.646	211.248
-Outras coberturas	8.189.459	8.272.862	7.190.282	3.278.278	(352.253)
Marítimo, aéreo e transportes	961.986	792.289	184.484	516.270	(259.165)
Responsabilidade civil geral	2.587.716	3.282.309	688.653	725.141	(1.764.406)
Crédito e caução	5.146	5.123	19.225	10.867	-
Proteção jurídica	376.646	385.974	-	42.930	(67.130)
Assistência	1.697.896	1.968.881	12.525	305.234	(1.837.180)
Diversos	783.497	799.381	192.742	198.237	(166.509)
Total não vida	218.381.388	221.230.162	129.527.126	46.818.157	(39.390.392)
Resseguro aceite	-	-	(60.159)	(5)	(63.991)
Total	218.381.388	221.230.162	129.466.967	46.818.152	(39.454.383)

Linha de negócio Não vida 2011	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro directo					
Acidentes e doença	145.478.597	150.528.988	95.066.338	26.983.864	(26.346.667)
Incêndio e outros danos	42.403.926	42.239.842	22.341.624	11.681.226	(3.052.024)
Automóvel					
-Responsabilidade civil	11.012.344	10.810.976	10.073.215	2.107.720	247.045
-Outras coberturas	9.996.220	9.908.765	6.970.360	3.058.896	(364.726)
Marítimo, aéreo e transportes	574.589	588.170	359.480	428.984	(64.443)
Responsabilidade civil geral	3.705.387	3.536.916	520.227	631.554	(2.165.302)
Crédito e caução	5.554	6.536	8.236	13.736	-
Proteção jurídica	375.552	359.448	-	39.870	(33.656)
Assistência	2.055.887	2.024.352	15.248	352.991	(1.748.175)
Diversos	768.090	750.176	783.994	72.975	438.947
Total não vida	216.376.146	220.754.169	136.138.722	45.371.816	(33.089.001)
Resseguro aceite	-	-	(63.125)	38	(56.706)
Total	216.376.146	220.754.169	136.075.597	45.371.854	(33.145.707)

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Não Vida é a seguinte:

Linha de negócio Não vida 2012	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos gestão (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro directo				
Acidentes e doença	91.104.416	1.486.903	511.013	93.102.332
Incêndio e outros danos	16.300.672	1.497.833	2.655.276	20.453.781
Automóvel				
-Responsabilidade civil	8.851.432	1.097.301	(2.265.631)	7.683.102
-Outras coberturas	5.408.151	1.056.155	725.976	7.190.282
Marítimo, aéreo e transportes	153.950	39.675	(9.142)	184.483
Responsabilidade civil geral	630.982	77.529	(19.858)	688.653
Crédito e caução	12.178	8.125	(1.079)	19.224
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	210	13.453	(1.138)	12.525
Diversos	496.377	73.582	(377.215)	192.744
Total não vida	122.958.368	5.350.556	1.218.202	129.527.126
Resseguro aceite	13.182	-	(73.342)	(60.160)
Total	122.971.550	5.350.556	1.144.860	129.466.966

Linha de negócio Não vida 2011	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos gestão (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro directo				
Acidentes e doença	90.165.484	1.426.501	3.474.354	95.066.339
Incêndio e outros danos	18.667.791	1.385.494	2.288.339	22.341.624
Automóvel				
-Responsabilidade civil	8.655.863	1.023.407	393.944	10.073.214
-Outras coberturas	6.598.126	963.204	(590.970)	6.970.360
Marítimo, aéreo e transportes	287.828	39.545	32.106	359.479
Responsabilidade civil geral	852.545	72.219	(404.537)	520.227
Crédito e caução	-	6.915	1.320	8.235
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	2.750	11.454	1.043	15.247
Diversos	182.062	61.736	540.198	783.996
Total não vida	125.412.449	4.990.475	5.735.797	136.138.721
Resseguro aceite	1.866	-	(64.992)	(63.126)
Total	125.414.315	4.990.475	5.670.805	136.075.595

50

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Não Vida é a seguinte:

Linha de negócio [EUR]	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2011	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2012 em relação a 2011	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
2012				
Não Vida				
Acidentes e doença	50.421.632	22.372.889	27.813.726	(235.017)
Incêndio e outros danos	11.312.875	5.121.457	4.968.688	(1.222.730)
Automóvel				
-Responsabilidade civil	21.082.255	4.321.586	12.999.698	(3.760.971)
-Outras coberturas	1.919.885	1.099.190	335.002	(485.693)
Marítimo, aéreo e transportes	246.337	21.810	162.215	(62.312)
Responsabilidade civil geral	4.812.271	411.785	3.705.108	(695.378)
Crédito e caução	33.971	13.125	32.646	11.800
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	1.279	1.753	-	474
Diversos	2.161.534	376.235	1.695.431	(89.868)
Total não vida	91.992.039	33.739.830	51.712.514	(6.539.695)
Total	91.992.039	33.739.830	51.712.514	(6.539.695)

Linha de negócio [EUR]	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2010	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2011 em relação a 2010	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
2011				
Não Vida				
Acidentes e doença	46.928.221	20.898.813	25.975.048	(54.360)
Incêndio e outros danos	9.085.207	6.286.852	4.569.026	1.770.671
Automóvel				
-Responsabilidade civil	20.721.430	4.091.370	14.286.845	(2.343.215)
-Outras coberturas	2.477.089	1.355.414	375.711	(745.964)
Marítimo, aéreo e transportes	214.231	203.039	166.273	155.081
Responsabilidade civil geral	5.216.808	616.543	3.987.010	(613.255)
Crédito e caução	32.651	975	32.646	970
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	236	2.006	-	1.770
Diversos	1.621.336	39.999	1.576.734	(4.603)
Total não vida	86.297.209	33.495.011	50.969.293	(1.832.905)
Total	86.297.209	33.495.011	50.969.293	(1.832.905)

Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. - Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2012.

A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a margem de solvência I é analisada como se segue:

	<i>Eur</i>	
	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Rúbrica		
Capital	12.500.000	12.500.000
Reservas Legal e de Reavaliação	14.168.497	5.298.779
Resultados Transitados	24.018.734	23.729.430
Resultado Líquido do Exercício	4.171.720	5.003.066
Total Situação Líquida (1)	54.858.951	46.531.275
Ativos Intangíveis	-	(47.548)
Ajuste Pensões Reforma	(3.833.385)	(2.777.050)
Total (2)	(3.833.385)	(2.824.598)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	51.025.566	43.706.677
Margem de Solvência Exigida	18.376.589	18.344.632
Excesso / (Insuficiência)	32.648.977	25.362.045
Rácio Solvência	278%	238%

Nota 27 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Ocidental Seguros são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

No caso das ações não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não exista valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à "IAS 19 - Benefícios dos empregados", com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui alterações fundamentais, como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos ativos do plano, como simples clarificações e reajustamentos de texto. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de benefícios pós-emprego serão diretamente reconhecidas no Capital, em outro rendimento integral (OCI). A norma alterada terá impacto no gasto líquido com os benefícios, já que o retorno esperado dos ativos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido.

A Companhia ainda está a avaliar o impacto total esperado da aplicação da nova IAS 19.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à "IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros", com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (*master*) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

A Companhia espera que a adoção das alterações à IFRS 7 passe a exigir maior extensão nas divulgações sobre direitos de compensação.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à "IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros", com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase "direito legal oponível corrente para compensar" significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações à IAS 32, tendo em conta a política contabilística já adotada.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à "IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas", com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente a revisão do processo de definição do perímetro de consolidação segundo o IFRS 10, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

No entanto, a Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações respetivos, e os contabilize em conformidade.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. Em seu turno, entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma. No entanto, a Companhia não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Nota 28 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto Empresa de seguros, entidade empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2012 o total de garantias bancárias era de Euros 197.000 (2011: Euros 267.000). Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	<i>Eur</i> Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	110.385	304.103	775.806	1.190.294

Nota 29 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout

Com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout* é apresentada em seguida:

País	<i>Eur</i>					
	2012					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	26.094.486	26.094.486	(348.942)	3,2%	3,1	L1
Total	26.094.486	26.094.486	(348.942)	3,2%	3,1	

País	<i>Eur</i>					
	2011					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	15.865.236	15.865.236	(6.251.825)	4,0%	4,2	L1
Total	15.865.236	15.865.236	(6.251.825)	4,0%	4,2	

À data de 31 de dezembro de 2011, a posição detida em dívida Grega incluída nos ativos disponíveis para venda foi vendida na totalidade. A imparidade reconhecida em 2011 relativa a esta dívida ascendeu a Euros 1.247.000 (ver nota 8).

Nota 30 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 7 de Outubro de 2010, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros”, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2011. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de Novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiros ocorra próximo do final do período.

A Companhia não teve quaisquer impactos decorrentes da adoção destas alterações.

IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de Dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A Companhia não teve quaisquer impactos decorrentes da adoção desta alteração.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados, das que nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afetam apenas a apresentação e não têm qualquer impacto na posição financeira ou performance da Companhia.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12, em linha com a adoção da IFRS 10 e IFRS 11.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

A Companhia está presentemente a rever as suas metodologias para a determinação do justo valor com o objetivo de determinar se esta norma terá algum impacto nas suas demonstrações financeiras.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que a Companhia proporcione divulgações adicionais. Estas incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/passivos não financeiros, e divulgações sobre mensurações de justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia:

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar estas alterações na mesma data de aplicação plena da IFRS 10.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é relativa ao do período anterior.

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizados em inventários.

IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que as políticas contabilísticas adotadas encontram-se em linha com as orientações emitidas.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a colher os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivativos embutidos em contratos cujo hóspede (contrato principal) seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra de forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 de forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2012
 Empresa de Seguros: Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, SA
 Nº de identificação: 1024
 Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
92174992801N	1							
	1.1							
	1.1.1							
	1.1.01							
	1.1.02							
	1.1.03							
	1.1.04							
	1.1.05							
	1.1.06							
	1.1.07							
	1.1.08							
	1.1.09							
	1.1.10							
	1.1.11							
	1.1.12							
	1.2							
PTBCP7OM0061 PTBCPUOM0010	1.2.01							
	1.2.02							
	1.2.03							
	1.2.04							
	1.2.05							
	1.2.06							
	1.2.07							
	1.2.08							
	1.2.09							
	1.2.10							
	1.2.11							
	1.2.12							
	1.2							
	1							
	2							
92155021951N	2.1							
	2.1.1							
	2.1.1.1							
	2.1.1.1.1							
	2.1.1.1.2							
	2.1.1.2							
	2.1.1.2.1							
	2.1.1.2.2							
	2.1.1.3							
	2.1							
	2.1.1							
	2.1.1.1							
	2.1.1.1.1							
	2.1.1.1.2							
	2.1.1.2							
	2.1.1.2.1							
	2.1.1.2.2							
	2.1.1.3							

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2012
Empresa de Seguros: Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, SA
Nº de identificação: 1024
Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS										Anexo
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO								Valor de balanço	
								unitário	Total	
PTAARHM0000	2.1.1.3	AF Portfólio Imobiliário - FI		383005			9,2407	3 539 234,30	3 532 534,18	
	2.1.1.3	Sub-Total		383005				3 539 234,30	3 532 534,18	
	2.1.1.4	Outros								
	2.1.1.4	Sub-Total								
	2.1.1	Sub-Total								
	2.1.2	Títulos de dívida								
	2.1.2.1	De dívida pública								
PTOTE3OE0017	2.1.2.1	PGB 3,35% 15/10/15	8750000	97,17804				8 503 078,90	98,96671	
PTOTE3OE0017	2.1.2.1	PGB 3,6% 15/10/14	3450000	100,26488				3 459 138,50	101,50945	
PTOTE3OE0017	2.1.2.1	PGB 3,85% 15/04/21	150000	100,591				150 866,50	83,99247	
PTOTE3OE0007	2.1.2.1	PGB 4,1% 15/04/37	470000	90,29211				424 372,90	69,02055	
PTOTE3OE0006	2.1.2.1	PGB 4,2% 15/10/16	4000000	101,5				4 060 000,00	98,93803	
PTOTE3OE0010	2.1.2.1	PGB 4,35% 16/10/17	300000	98,8195				296 458,50	97,23075	
PTOTE3OE0019	2.1.2.1	PGB 4,375% 16/06/14	2200000	100,51927				2 211 424,00	103,11829	
PTPTECOE0029	2.1.2.1	PGB 4,8% 15/06/20	2600000	92,17908				2 366 656,00	91,91699	
PTPTECOE0023	2.1.2.1	Portugal T-Bill Cpz 18/01/13	200000	99,8521				199 704,19	99,96	
PTPPTBSGE0015	2.1.2.1	Portugal T-Bill Cpz 22/02/13	2200000	99,84262				2 196 537,57	99,83	
PTPPTBSGE0014	2.1.2.1	Portugal T-Bill Cpz 22/03/13	2200000	99,52009				2 194 280,00	99,74	
	2.1.2.1	Sub-Total	26520000					26 087 699,08		
	2.1.2.2	De outros emissores públicos								
	2.1.2.2	Sub-Total								
	2.1.2.3	De outros emissores								
PTBBSJOE0000	2.1.2.3	Banco BPI 3,25% 15/01/15	450000	96,77				435 465,00	101,3858	
PTBLMGM0002	2.1.2.3	Banco Espírito Santo 5,625% 05/06/14	1500000	99,72				1 495 800,00	104,07089	
X50174555588	2.1.2.3	Banco Espírito Santo 6,2% 02/09/13	700000	106,255				743 785,00	101,79944	
PTBLMWM00002	2.1.2.3	Banco Espírito Santo Float 25/02/13	1700000	96,08529				1 633 450,00	99,58669	
PTCOPPOE00002	2.1.2.3	Banco Santander Italia 3,25% 21/10/14	1300000	99,973				1 299 649,00	100,14419	
PTCGGFFOM00015	2.1.2.3	Caixa Geral Depo 3,625% 21/07/14	4650000	97,05166				4 512 902,00	101,15984	
PTCGGFF1E0000	2.1.2.3	Caixa Geral Depo 3,875% 06/12/16	1500000	96,85				1 452 750,00	98,25741	
PTCG16OM0004	2.1.2.3	Caixa Geral Depo 4,375% 13/05/13	1000000	103,669				1 036 690,00	102,98082	
PTJMEDEOE0006	2.1.2.3	Jose de Mello 27/08/2017	100	100				86,46799	3 458 719,46	
PTCMHMXOM0006	2.1.2.3	Montepio Geral Float 29/05/13	4350000	92,08966				4 005 900,00	93,49702	
	2.1.2.3	Sub-Total	21150000					20 616 391,00		
	2.1.2	Sub-Total	47670000					46 704 090,08		
	2.1	Sub-Total	47670000					50 243 324,38		
	2.2	Títulos Estrangeiros								
	2.2.1	Instrumentos de capital e unidades de participação								
	2.2.1.1	Ações								
	2.2.1.1	Sub-Total								
	2.2.1.2	Títulos de participação								
	2.2.1.2	Sub-Total								
	2.2.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento								
	2.2.1.3	Sub-Total								
	2.2.1.4	Outros								
	2.2.1.4	Sub-Total								
	2.2.1	Sub-Total								
	2.2.2	Títulos de dívida								
	2.2.2.1	De dívida pública								
IT0003618383	2.2.2.1	BTPS 4,25% 01/08/14	3000000	103,696				3 110 880,00	101,75544	
BE0000322314	2.2.2.1	Belgium Kingdom Float 15/02/16	800000	99,66				797 280,00	101,4842	
DE0001137354	2.2.2.1	Bundesschatzanw BKO 0,75% 13/09/13	4320000	100,171				432 738,72	100,72397	
FR0001147701	2.2.2.1	Calisse Amort Dette Soc 1,75% 18/11/13	720000	99,934				719 524,80	101,56916	
FR0001001130	2.2.2.1	FRTR 4% 25/10/13	531000	105,41102				559 732,50	103,90424	
FR0010670737	2.2.2.1	FRTR 4,25% 25/10/18	1500000	101,373				1 520 595,00	119,23014	
NL0000102689	2.2.2.1	NETHER 4,25% 15/07/13	1136800	106,02163				1 205 253,89	104,17281	
DE00001141539	2.2.2.1	OBIL 4 11/10/13	432000	106,566				460 365,12	103,96067	
AT00000385992	2.2.2.1	RAGB 3,8% 20/10/13	4007000	104,93427				4 204 716,25	103,59959	
AT0000041179	2.2.2.1	RAGB 4% 15/09/16	5000000	101,72062				5 086 030,77	114,4676	
AT0000036198	2.2.2.1	Republic of Austria 3,5% 15/07/2015	200000	101,55				203 100,00	110,08055	
ES00000121P3	2.2.2.1	Spanish Govt 3,30% 31/10/14	389000	100,23				389 894,70	101,18651	
	2.2.2.1	Sub-Total	18147800					18 690 111,75		
	2.2.2.2	De outros emissores públicos								
FR0011201995	2.2.2.2	Cie Fin Foncier 2,25% 21/08/15	2100000	99,953				2 099 013,00	104,7427	
X50537659632	2.2.2.2	European Invest Bk Float 15/01/16	1300000	98,492				1 280 396,00	99,95861	
X50754809548	2.2.2.2	European Invest Bk Float 27/07/17	355000	99,895				354 827,25	101,75017	
X50609191860	2.2.2.2	Infinit Creditio Olig Float 25/03/14	1000000	99,971				999 710,00	96,59149	
X50075560288	2.2.2.2	Inf Bk ReconDev Cop 08/11/16	400000	44,28043				177 121,73	49,97776	

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2012
Empresa de Seguros: Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, SA
Nº de identificação: 1024
Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
2.2.2.2	Sub-Total		5155000			4 910 867,98		5 026 096,84
2.2.2.3	De outros emissores							
2.2.2.3	ABN AMRO Bank NV Float 7/10/13		1200000	99,902		1 198 824,00	101,22107	1 214 652,80
2.2.2.3	ABY Cedulas Caja 3.5% 14/03/16		300000	95,062		285 186,00	95,8	287 400,00
2.2.2.3	AYT Cedulas Caja 3.75% 25/01/13		200000	98,54		197 080,00	99,32836	198 656,71
2.2.2.3	AYT Cedulas Caja 3.75% 30/08/25		200000	91,371		1 827 420,00	75,06541	1 501 308,22
2.2.2.3	AYT Cedulas Caja 4% 07/04/14		300000	99,94698		299 840,93	101,18699	303 560,96
2.2.2.3	BBV Intl Fin 3.25% 24/01/16		250000	93,446		2 336 150,00	104,07689	2 601 922,13
2.2.2.3	Banco Santander 4% 08/07/13		500000	100,955		504 775,00	102,42377	512 118,84
2.2.2.3	Barclays Bk Plc 2.125% 08/09/14		400000	103,38		413 520,00	103,4547	413 818,79
2.2.2.3	Barclays Bk Plc Float 17/01/14		3400000	99,843		3 391 670,00	101,81246	3 407 838,03
2.2.2.3	Barclays Bk Plc Float 28/01/13		700000	99,755		702 345,00	100,23117	706 289,04
2.2.2.3	Bayer Hypo-Veret 3.5% 03/02/15		3000000	99,852		2 995 560,00	99,81414	2 994 424,33
2.2.2.3	Calisse Cent Immo Float 18/03/13		157621,9068	100,64		158 630,69	99,69924	157 147,84
2.2.2.3	DMPL II A 20/05/26		1100000	99,9		1 098 900,00	101,09037	1 101 090,37
2.2.2.3	Daimler Intl Fin Float 16/05/14		200000	100,6		201 200,00	100,40563	200 811,25
2.2.2.3	Daimler Intl Fin Float 17/04/13		1400000	102,41		1 433 740,00	104,2071	1 458 899,35
2.2.2.3	DaimlerChrysler 4.375% 21/03/13		950000	99,802		948 119,00	100,79105	1 001 272,89
2.2.2.3	Danske Bank Float 13/03/14		1000000	99,901		999 010,00	100,12729	1 001 272,89
2.2.2.3	Deutsche Bank AG Float 14/02/13		1000000	97,75		977 500,00	98,08664	980 866,39
2.2.2.3	Enel Float 14/01/15		1600000	98,39275		1 598 980,00	98,40073	1 591 591,60
2.2.2.3	Enel Float 20/09/14		1600000	100,67		1 610 720,00	90,72448	1 461 591,60
2.2.2.3	Eurohypo AG 3.25% 28/01/15		300000	96,717		290 151,00	102,96767	323 903,01
2.2.2.3	GE Covered Bonds 2.25% 04/02/13		500000	100,755		503 775,00	102,18484	510 924,18
2.2.2.3	GE Cap Eur Fund Float 03/04/14		2000000	99,666		1 993 320,00	100,00474	2 000 094,83
2.2.2.3	Hypo Alpe-Adria Float 20/03/15		2200000	99,965		2 199 230,00	94 68476	2 083 064,74
2.2.2.3	KfW Float 01/02/16		3000000	100		3 000 000,00	100,08667	3 002 060,00
2.2.2.3	Lloyds TSB Bank Float 25/03/13		700000	99,705		697 935,00	100,27038	701 892,64
2.2.2.3	Man SE Float 21/05/14		850000	99,85		848 725,00	99,899	849 141,50
2.2.2.3	Portugal Tel Fin 5,825% 08/02/16		1500000	99,373		1 480 595,00	110,35461	1 655 319,22
2.2.2.3	Rabobank Float 13/03/13		2400000	100		2 400 000,00	100,07705	2 401 849,20
2.2.2.3	Rabobank Nederland 3.375% 21/04/17		1000000	99,559		995 590,00	111,39763	1 113 976,30
2.2.2.3	Rabobank Nederland Float 13/01/14		2100000	99,901		2 097 921,00	100,76664	2 116 099,42
2.2.2.3	Rabobank Nederland Float 16/05/13		2150000	100		2 150 000,00	100,14663	2 153 152,44
2.2.2.3	Santander Intl 3.5% 10/03/15		600000	99,892		599 352,00	103,97736	623 864,14
2.2.2.3	Santander Intl Float 19/03/13		1000000	100		1 000 000,00	100,498	1 004 080,03
2.2.2.3	Societe Generale 3.75% 21/08/14		800000	99,884		799 072,00	105,99516	847 981,31
2.2.2.3	Svebank Hypoteek AB 2.5% 21/01/13		1000000	100,94		1 009 400,00	102,45658	1 024 565,57
2.2.2.3	UBS AG London 2.375% 21/01/13		1000000	100,191		1 001 910,00	102,19373	1 021 937,29
2.2.2.3	Unicredit Bank Float 14/04/14		900000	94,95		940 005,00	99,16426	981 726,13
2.2.2.3	Unicredit Intl Float 15/03/16		200000	99,956		199 912,00	92,54987	185 099,73
2.2.2.3	Volkswagen Intl Fin 2.125% 19/01/15		1600000	99,656		1 594 496,00	104,68169	1 674 906,97
2.2.2.3	Sub-Total		50427821,91			49 989 460,62		50 398 624,52
2.2.2.3	Sub-Total		73730421,91			73 590 440,35		74 917 606,01
2.2.2.3	Sub-Total		73730421,91			73 590 440,35		74 917 606,01
2.2	Sub-Total							
2.3	Derivados de Negociação							
2.3	Sub-Total							
2.4	Derivados de Cobertura							
2.4	Sub-Total							
3	Total	386005	121400421,9			123 833 764,73		125 002 808,83
3	TOTAL GERAL	386755	124000421,9			126 427 580,73		127 581 711,13

